



CÂMARA MUNICIPAL

1
9

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

N.º 07/20, DE 15 DE ABRIL DE 2020

PARTICIPANTES:

Sr. Presidente da Câmara, Mário de Almeida Loureiro
Sr. Vice-Presidente, Dr. Ricardo Manuel Oliveira da Silva Cruz
Sra. Vereadora, Eng.ª Sílvia Maria dos Prazeres Ferreira
Sr. Vereador, Dr. António Manuel Fonseca Oliveira
Sr. Vereador, Dr. António Luís da Silva Martins
Sr. Vereador, Carlos Alberto dos Santos
Sr. Vereador, Joaquim Manuel da Fonseca Garcia

Pelas catorze horas e trinta e cinco minutos, o Senhor Presidente da Câmara, deu início à reunião, realizada, com recurso à videoconferência, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, com o período de “*Antes da Ordem do Dia*”, em cumprimento do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, tendo participado na mesma os elementos do Executivo, supra identificados, ao abrigo do disposto no n.º 1, do artigo 5.º do citado diploma legal.

I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA

No Período de Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Câmara começou por apresentar cumprimentos a todos os participantes na reunião.

Seguidamente e na sequência das ocorrências registadas desde o período que mediou a última reunião, do passado dia 26 de março até ao dia de hoje, começou por dar nota, no que concerne à evolução daquilo que foi a pandemia vivenciada no concelho que “*até ao dia 8 de abril tudo esteve tranquilo, mas a partir*



CÂMARA MUNICIPAL

daí as coisas complicaram-se, uma vez que no dia 7, um utente da Unidade de Cuidados Integrados, da Santa Casa da Misericórdia, que apresentava sintomas de febre elevada, tosse e alguns problemas respiratórios agudos, foi transportado pelos Bombeiros Voluntários de Tábua, para o Hospital dos Covões, a pedido dos responsáveis da Santa Casa. No dia 9 testou positivo. A partir daí, surgiram novos casos suspeitos na mesma Unidade. Por essa razão e apesar da hora tardia, pressionei a ARS, o ACES, a Proteção Civil, o INEM e só cerca da meia-noite é que ficou concluído esse trabalho. Nessa noite houve a garantia de que, no dia seguinte, pelas 08h30, uma equipa do INEM, estaria na manhã do dia seguinte, dia 10, a efetuar testes, a 14 utentes que apresentavam alguns sintomas e a 17 funcionários. No dia 11 veio-se a confirmar, que desses 14 utentes, havia 10, com testes positivos e dois profissionais de saúde, uma enfermeira e uma auxiliar, pelo que a ARS e o ACES decidem avançar, com mais testes para segunda-feira dia 13. Ainda, no dia 11, para além dos 45 testes que fizeram nesse dia, logo de manhã, pediram ao Município para arranjar 100 testes rápidos, além dos testes Zaragatoa, que iriam fazer. Tudo isto foi por volta da hora de almoço no sábado, tendo o município efetuado, no mesmo dia, por volta das 18,00 horas da tarde, a entrega dos testes solicitados à Santa Casa.

Clarificou que dos testes efetuados, no dia 13, mais 7 colaboradores testaram positivo, e, uma vez, que havia outros utentes, com sintomas de infeção, foi decidido que sexta-feira, dia 16, iriam ser realizados mais 42 testes a utentes da Santa Casa, para ficar tudo esclarecido.

Neste contexto, referiu, ainda que, amanhã, também vão ser realizados 12 testes a colaboradores da Fundação Sarah Beirão, uma vez ter-lhe sido comunicado, ontem, pela referida instituição que uma senhora, que faz tratamento de hemodiálise e que já estava em confinamento, há cerca de duas semanas, teria tido sintomas, uma vez que esteve junto de um doente que também está sujeito aquele tratamento e que testou positivo ao COVID19, segundo informação recebida e, que esta semana,



CÂMARA MUNICIPAL

8. 7

por motivo de agravamento da situação, a mesma foi transportada para os Covões e, cujo resultado do teste confirmado, no dia de ontem, deu positivo.

Para além de tudo o que já foi referido, acrescentou, ainda, que ontem, dia 14, decorreu uma reunião da Comissão Municipal de Proteção Civil, onde marcaram presença o Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia, o Dr. Queimadela Batista, representante do ACES, elementos da ARS e da Segurança Social, o Dr. Daniel do Centro de Saúde de Tábua, o enfermeiro Coimbra, os Bombeiros de Tábua e de Vila Nova de Oliveirinha, a GNR, profissionais das IPSS, assim como o Senhor Vereador da Proteção Civil, Dr. António Oliveira e na qual foram focadas algumas situações e algumas regras que a Santa Casa tem de implementar, considerando que *“Não se trata de um Lar. É uma Unidade de Cuidados Continuados Integrados, ou seja um hospital. E, por isso, a Santa Casa da Misericórdia tem que manter o seu corpo clínico ali, permanentemente, para dirigir os trabalhos e poder fazer o acompanhamento daquilo que é o combate a esta pandemia, assim como o tratamento aos utentes que ali estão internados.*

Face ao contextualizado, a referida instituição assumiu essa responsabilidade perante a Saúde, perante o Município e perante todos os responsáveis, comprometendo-se o Município a acompanhar toda esta situação, sobre a qual se poderá abordar mais adiante.

Portanto, como salientou *“durante esse período, ou seja, desde o dia 26 de março, esteve quase diariamente, a trabalhar, com o Gabinete da Proteção Civil, trabalhadores da Câmara que estão permanentemente ao serviço, pessoal interno, outros que estão em teletrabalho e as coisas não têm parado, para dar resposta àquilo que são as necessidades no Município e também dos Tabuenses”.*

De igual modo, transmitiu *“que têm sido efetuadas muitas entregas de material às instituições IPSS, aos bombeiros, aos elementos da segurança, ao Centro de Saúde e também, em especial, à Santa Casa da Misericórdia de Tábua.”*

Referiu a este propósito que *“continuamos a adquirir material através da Comunidade Intermunicipal da região de Coimbra e temos também adquirido muito*



CÂMARA MUNICIPAL

material diretamente pelo município e dizer que, só para terem uma noção, que a CIM já adquiriu mais de meio milhão de euros de material que tem sido distribuído pelos municípios de acordo com o critério da população de cada concelho”.

Ainda, no âmbito da prevenção à pandemia, informou que o Centro Escolar está equipado com 50 camas, colchões oferecidos pelo Grupo Aquinos, e com roupa de cama existente na Loja Social do Município, para qualquer eventualidade que possa surgir.

Neste contexto, manifestou o seu agradecimento ao Senhor Vereador, Dr. António Oliveira, a toda a equipa da Proteção Civil, equipa da Ação Social, a todos os técnicos e colaboradores do Município, *“pelo trabalho de apoio dado às pessoas que estão nas suas casas, que estão isoladas, que deixaram de ter o seu Centro Dia e que acompanham as instituições num trabalho que é público”.*

Na área do ensino e como é do conhecimento geral, comunicou que as aulas até ao 10.º ano, com recurso à modalidade de ensino à distância, tiveram o seu início no dia de ontem, sendo que as presenciais serão apenas para os alunos do 11.º e 12.º ano, em princípio, a partir do próximo mês de maio, agradecendo ao Senhor Vice-Presidente, Dr. Ricardo Cruz que se pronuncie sobre esta matéria, designadamente, no que concerne aos equipamentos e ao trabalho que o Município está a fazer, no sentido de dotar todos os alunos do concelho daquilo que é preciso para poderem desenvolver o seu trabalho e continuar a sua formação.

Dentro deste contexto e tratando-se de uma área do seu pelouro, aproveitou para lhe manifestar o seu reconhecimento, *“pelo envolvimento que tem tido nesta área da Educação, num período difícil, em que tem dado todo o apoio e que tem trabalhado em conjunto com o Agrupamento de Escolas e com as nossas técnicas também, para que as coisas fossem possíveis e que tenhamos iniciado este trabalho”.*

De igual modo, agradeceu à Senhora Chefe de Divisão, Dra. Sofia Félix e ao Senhor Eng.º Lima, por todo o trabalho e disponibilidade que têm tido e que



CÂMARA MUNICIPAL

permitiram *“levar por diante toda a gestão do município, dos trabalhos e daquilo que é que é necessário”*.

Neste sentido, expressou, ainda, que *“até hoje não senti qualquer negação de alguém ou qualquer indisponibilidade de alguém”*, motivo pelo qual *“gostaria de deixar esse registo e esse reconhecimento, não só aos nossos colaboradores, mas também a todo o pessoal das nossas IPSS's, pela forma como têm trabalhado e se têm esforçado e empenhado para estar muitos dias fora da família, assim como aos nossos bombeiros, às nossas forças de segurança e aos profissionais da Saúde, pelo grande trabalho que têm feito”*.

Seguidamente, fez referência à apresentação da Feira do Queijo DOP Serra da Estrela, efetuada através de uma plataforma de comércio online criada pela CIM Região de Coimbra, que permite aos produtores de queijo a promoção dos seus negócios.

Relativamente à comemoração do Feriado Municipal de 10 de abril, sobre o qual já tinha dado nota na última reunião, referiu que, este ano, foi um feriado diferente, assinalado com uma série de iniciativas online, que decorreram ao longo do dia nas plataformas digitais municipais e onde, também interagiu com os Municípes.

Finalizou a sua intervenção, deixando um reconhecimento aos Tabuenses por cumprirem aquilo que são as instruções da Direção-Geral de Saúde e as normas que foram impostas a todos, em estado de emergência.

Nada mais havendo a acrescentar, passou a palavra, de seguida, aos Senhores Vereadores para tecerem as considerações que entenderem efetuar.

INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES

INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE, DR. RICARDO CRUZ:



CÂMARA MUNICIPAL

Interveio o Senhor Vice-Presidente, Dr. Ricardo Cruz que após apresentação dos habituais cumprimentos aos Senhores Vereadores e técnicas afetas ao secretariado, começou por endereçar os parabéns ao Senhor Presidente, assim como a todo o Executivo, pelas comemorações do Feriado Municipal que, este ano, foi assinalado de uma forma diferente, todo direcionado online e que, a seu ver, traduziu com bastante elevação *"um dia que nos diz muito, de forma muito digna, com muitas visualizações e muitas partilhas"*, sobretudo para os Tabuenses que estão em casa.

Seguidamente e apesar da notícia já ter sido divulgada, felicitou-o, igualmente, pelo envolvimento e empenhamento que tem tido com as Águas do Planalto, nomeadamente, no que concerne à reconstrução da conduta principal, face aos danos que a depressão Elsa provocou na mesma, observando que *"independentemente da pandemia covid-19, as coisas estão a avançar e teremos também de continuar a empenhar-nos naquilo que é a resolução de algumas temáticas e problemáticas que ainda existem"*.

Em sede da Educação e na sequência do referido pelo Senhor Presidente sobre o regresso às aulas dos nossos alunos, transmitiu as diligências que têm sido efetuadas em torno desta temática, destacando, como primeira nota, o Projeto + Sucesso Escolar que está a ser alargado ao Jardim-de-Infância, através do site ficaemcasa.lusoinfo.com, estando as educadoras e o Agrupamento de Escolas de Tábua incumbidos de fazer chegar a informação à casa dos alunos que o frequentam.

No que respeita à pandemia, referiu que, também, foi divulgado o link do site Coronavírus Kids, criado pela Editora Ideias com História, com o objetivo de informar as crianças sobre esta doença, que pode ser igualmente pesquisada em www.coronakids.pt.

Ainda, sobre a plataforma +sucesso escolar, deu nota, que para além dos conteúdos direcionados ao 1º ciclo, também disponibiliza conteúdos inerentes ao Covid-19, de uma forma mais didática e pedagógica para que os alunos



CÂMARA MUNICIPAL

98

desmistifiquem a questão e, também, possam ajudar os pais relativamente à questão da prevenção e na atuação em caso de infeção.

Esclareceu, igualmente, que teve uma reunião com a Equipa Multidisciplinar que acompanha as crianças à distância, no sentido do Município de Tábua, a escola e os elementos da equipa multidisciplinar, composta por dois psicólogos, duas terapeutas da fala e educadora social, poderem dar continuidade ao acompanhamento que têm efetuado, inclusive no período de férias, a todos aqueles que dele necessitam.

Neste contexto, explicou que *"os mecanismos de acesso aos próprios alunos são muito variados, leia-se neste espaço: consultas por telefone e, também, aqueles que têm internet e computador e a ligação que têm estado a fazer com eles sobre essa matéria. Os que os não têm nesta fase inicial, assunto que irei falar, como o Senhor Presidente me pediu, já lhes foram entregues, pessoalmente, exercícios em suporte de papel para que eles possam ser acompanhados, até porque a Educadora Social está sempre em articulação com todos"*.

Sobre esta matéria, transmitiu que *"aquilo que nos criava mais problemas, mais dificuldade em superar por distância, eram as terapeutas da fala, mas os resultados têm sido surpreendentes, face ao seu empenho, com acompanhamento personalizado, como já era hábito, e que até superou aquelas cargas horárias que estavam associadas no tempo normal, por forma a haver um acompanhamento digital ainda mais próximo e com mais tempo"*.

Sendo a educação, uma área de temáticas diversificadas, deu nota da reunião realizada, no dia de ontem, com o Agrupamento de Escolas de Tábua, com todos os Coordenadores das AEC's, designadamente, das áreas da música, do inglês, da educação física e das atividades de complemento curricular como a Biblioteca, no sentido de preparar e articular o acompanhamento digital dos seus conteúdos, através da plataforma Teams, que foi a escolhida pelo Agrupamento de Escolas de Tábua e ao qual foi solicitado, neste âmbito, que fossem disponibilizadas as flautas aos alunos para que possam fazer exercícios, bem como a listagem daqueles que



CÂMARA MUNICIPAL

não dispõem de equipamentos adequados ou mecanismos que lhes permitam aceder aos referidos conteúdos, a fim de lhes ser entregue, nas suas residências, o material necessário para o efeito.

Sobre esta temática, referiu que poderá ser colocada a questão: *"terão ou não terão os alunos acesso online?". Tendo em consideração aquilo que foram as diretrizes divulgadas pelo Governo, o regresso às aulas com Escola TV, neste caso, o Estudo em Casa, só começa dia 20 e irá passar pela televisão, complementado por todo o seu acesso digital. Portanto, ponto 1: televisão está com o Governo, o Ministério da Educação já difundiu a grelha que, por sua vez, foi enviada para a Associação de Pais, para o Agrupamento de Escolas de Tábua e divulgada nas redes sociais. Portanto, é fácil qualquer aluno saber qual é a grelha de programação que existe o canal TDT, que é o canal 7 ou na NOS, MEO ou Vodafone, e estes canais também foram difundidos. A única questão que ainda nos chegou sobre ter ou não ter televisão em casa, foram de dois alunos que são estrangeiros e que não têm televisão, talvez pelo facto de estar mais associado ao modo de vida deles e, será uma falha que teremos de suprimir. Aquilo que pedimos à Educadora, D. Maria do Carmo, adjunta da Direção do Agrupamento de Escolas de Tábua, foi que contactasse, novamente, a família, no sentido de percebermos o que teremos de fazer para colocar a televisão nessas duas casas".*

Sobre a questão da necessidade de equipamentos informáticos, informou que foi solicitado *"ao Agrupamento de Escolas de Tábua indicação das necessidades efetivas de todos os alunos do Concelho de Tábua, e aqui leia-se alunos do 1.º ano do 1.º ciclo até o 12º ano, sabendo-se que o 11.º e 12º irão, obviamente, ter aulas presenciais às disciplinas fundamentais de acesso à faculdade. As necessidades que foram apresentadas foram: 67 alunos no 1º ciclo sem computadores, sendo que destes 67, 59 não tinham Internet. No 2.º ciclo, 3.º ciclo e secundário, a escola conseguiu suprimir as falhas existentes e, ainda, nos pediu que conseguíssemos arranjar cerca de 20 computadores, mas que queriam 40 acessos à Internet. O que quer dizer com isto, que será necessário adquirir e, os procedimentos já estão a ser*



CÂMARA MUNICIPAL

feitos, 40 computadores em que 20 irão para os alunos com mais necessidades no 1.º ciclo e os outros 20 serão distribuídos pelos 2.º ciclo, 3.º ciclo e ensino secundário. Iremos adquirir mais de 100 acessos à internet até ao final do ano letivo. Sobre a questão dos 67 computadores, dizer-vos que não temos necessidade de os adquirir para o 1º ciclo, uma vez que existem no Centro Escolar 18 Magalhães e 20 equipamentos que adquirimos com o Projeto +Sucesso Escolar e a Escola Básica de Midões tem mais 9 Magalhães, o que totaliza 47 computadores, ficando a faltar 20 que têm de ser adquiridos. Resumindo para o 1º ciclo a Câmara irá adquirir 20 computadores e cerca de 60 acessos à internet, porque há pessoas que têm computador em casa, mas não têm internet e, para os restantes ciclos de ensino, irá adquirir 20 computadores e 40 acessos à internet. Estamos a falar de um investimento que vai rondar cerca de 25 mil euros, que é bastante. Por isso, queria aqui agradecer ao setor da informática, ao Senhor Presidente, naquilo que foi agilidade para conseguirmos já avançar com os procedimentos, porque neste momento se não fôssemos rápidos começava a haver rotura de stocks nas empresas. Esperemos que esta semana ou, o mais tardar, para a semana, já se possam começar a distribuir, num processo que está a ser feito pela escola. Portanto, aqui, a única coisa que a Câmara vai fazer é adquirir, prepara-los, questioná-los sobre aquilo que são as necessidades para que, em conjunto, com a escola possamos, se for preciso, levar os computadores a casa dos alunos, para que este terceiro período decorra em conformidade e que possam ter todos os acessos".

Esclareceu, ainda, que a Escola criou contas para todos os alunos e que tem estado a contactar os Encarregados de Educação para que eles possam aceder à Plataforma Teams, estando já a enviar trabalhos aos alunos por este meio.

Por último e na sequência do proferido pelo Senhor Presidente da Câmara, no que concerne à utilização do Centro Escolar como infraestrutura de suporte para um centro de acolhimento temporário, no âmbito da situação epidemiológica vivenciada, que a mesma foi autorizada pela Diretora Regional de Educação, Dra. Cristina Oliveira, assim como a Escola Básica de Midões, caso haja necessidade para tal.



CÂMARA MUNICIPAL

INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA, ENG.ª SILVIA FERREIRA:

Após apresentação dos habituais cumprimentos a todos os participantes na reunião, usou da palavra a Senhora Vereadora, Eng.ª Sílvia Ferreira, dando nota que a DOPGU foi objeto, novamente, de reorganização, de forma a adequar o trabalho nela executado à realidade atual, tendo sido decidido, em conjunto com a Chefe de Divisão, que 2 dias por semana uma pessoa, em cada sala, estará presente de maneira a que os trabalhos se procedam e não haja atrasos, recorrendo-se nos restantes dias ao teletrabalho, à semelhança dos outros Serviços do Município.

Relativamente às questões das moradias da CCDR e no seguimento da informação que prestou numa das reuniões anteriores, relacionada com um anexo habitacional e uma moradia que foi afetada parcial, deu nota, no que concerne ao referido anexo, que *“o candidato não conseguiu comprovar que o uso do mesmo era complementar à habitação, ficando sempre a dúvida”*.

Quanto ao processo inerente à habitação que ficou danificada parcialmente, informou haver *“o problema de não existir o domicílio fiscal do requerente, que ele justificou por questões médicas. Contudo, não ficou comprovado o uso habitacional, ou seja, dos três casos pelos quais estava, ainda, a lutar, dois deles já tiveram novamente a proposta de decisão não favorável e quanto ao outro vamos reunir com a família e mais à frente falaremos desse caso”*.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, DR. ANTÓNIO OLIVEIRA:

O Senhor Vereador, Dr. António Oliveira após apresentação dos habituais cumprimentos a todos os participantes na reunião, iniciou a sua intervenção esperando que todos tenham tido uma boa Páscoa, embora diferente dos mais anos, mas que tenha sido passada, essencialmente, com saúde.

Seguidamente, acrescentou ao que foi dito pelo Senhor Presidente sobre a reunião tida com a Santa Casa da Misericórdia, que a mesma *“serviu, essencialmente, para aferir quais são as necessidades efetivas daquela instituição e*



CÂMARA MUNICIPAL

podermos prestar-lhe a máxima ajuda e, por outro lado, alertar todas as autoridades do nosso concelho, nomeadamente, os bombeiros e a GNR que, porventura, ali são chamados a colaborar, mais concretamente no transporte de doentes e outras coisas”.

Ainda sobre a reunião em apreço, destacou a presença dos Serviços de Proteção Civil, no sentido de se perceber qual o equipamento de proteção individual que estaria a fazer mais falta, considerando que se tem efetuado a distribuição do que se ia adquirindo, através da CIM Região de Coimbra, dotando assim muitas IPSS's e Juntas de Freguesia, que não dispunham de qualquer equipamento, imprescindível para fazer face à situação atualmente vivida. E, por essa razão, foi solicitado, como referiu *“à Santa Casa da Misericórdia que indicasse qual era o equipamento de proteção individual (EPI) que mais necessitavam, porque sabemos que a comunidade está a colaborar e a ajudar, assim como, muitas empresas, informando que, neste momento, estamos a facultar o transporte de cerca de 100 batatas e de 50 fatos, produzidos na empresa Aquinos, para a Unidade de Cuidados Continuados”.*

A nível da Ação Social, salientou o apoio que está a ser facultado no terreno e também, em teletrabalho, pelo gabinete de ação social, em articulação com o CLDS 4G, com a CPCJ e os Serviços Municipais de Proteção Civil, a fim de se dar continuidade ao trabalho de apoio prestado à população e que se centra, essencialmente na distribuição da alimentação.

De igual modo, destacou a ajuda, de vária ordem, prestada pelas Juntas de Freguesia à população, no sentido de evitarem que as pessoas saiam de casa.

Portanto, como referiu *“ tudo está devidamente coordenado e acho que estamos a fazer um excelente trabalho (...), e eu, obviamente, sendo um dos responsáveis fico muito satisfeito por as coisas estarem a funcionar desta forma”. O Senhor Presidente já agradeceu há pouco aos colaboradores, às instituições, mas eu, aqui, também gostaria de fazer o mesmo. Portanto, como lido diretamente e diariamente com eles, seja sábado, seja domingo, seja à noite, digo que tem sido*

8.



CÂMARA MUNICIPAL

muito agradável estar a trabalhar com pessoas que, realmente, puseram em primeiro lugar o interesse público, neste caso, o interesse no apoio às nossas instituições. Estamos a fazer um trabalho que não se vê, que é identificar as pessoas que estão contaminadas que residem no nosso concelho. Estamos a coordenar, também, o Gabinete da parte do ambiente, com a empresa do Planalto Beirão, onde já identificamos a necessidade da recolha dos resíduos produzidos por estas famílias, às quais foi pedido para não deixarem os resíduos no contentor normal. Guardam em casa e depois a empresa, vai passando para fazer a recolha. Penso que são estas medidas de mitigação que nós estamos a fazer, tudo o que a gente se lembra de fazer para minimizar o risco de contágio.(...) Temos comprado muito Equipamento de Proteção Individual, porque nem todo aquele que vem através da CIM ou que sabemos que as pessoas estão a ceder, é suficiente. Continuamos empenhados em continuar a arranjar uma reserva estratégica municipal e, aqui, queria partilhar convosco, porque acho que ainda ontem ou anteontem as pessoas comentaram que não tinham dado EPI aos Bombeiros de Vila Nova de Oliveirinha. Por isso e aqui, mais uma vez partilhava convosco, porque ainda ontem tive oportunidade de falar com o Senhor Comandante dos Bombeiros de Vila Nova de Oliveirinha, aliás tenho falado com ele todas as semanas, onde o mesmo me tem referido e de forma consciente, que não precisa, até ao momento, de qualquer atribuição de EPI. Ainda, ontem me disse à noite que tinha cerca de 600 máscaras, 1000 pares de luvas, 40 fatos e, portanto, sabendo ele que nós temos todo um trabalho, e uma série de instituições para apoiar e ele não precisando, tem assumido sempre todas as semanas que não necessita. Por isso, Senhor Comandante de Vila Nova de Oliveirinha fica aqui, também, o meu cumprimento de forma especial pela forma que está ser consciente. E, é daí, porventura, que não aparece nas listagens nenhuma atribuição de EPI aos Bombeiros de Vila Nova de Oliveirinha. Assim, pedia ao Senhor Comandante, mais uma vez, que esclareça os seus companheiros, os seus Bombeiros, os seus órgãos sociais, nesse sentido, porque realmente não é agradável ouvir certos comentários,



CÂMARA MUNICIPAL

mas, não querendo perder muito tempo com isso, também partilhar isto convosco, porque realmente ninguém está a ser posto de parte”.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, DR. ANTÓNIO MARTINS:

No uso da palavra e após apresentação dos habituais cumprimentos a todos os participantes, interveio o Senhor Vereador, Dr. António Martins, esperando que todos estejam de boa saúde, assim como as respetivas famílias e que tenham tido uma boa Páscoa com as todas as condicionantes, que são do conhecimento geral.

Seguidamente e na sequência da questão que levantou na última reunião de Câmara e que se reportava há existência de possíveis carências alimentares por parte de algumas crianças e jovens, manifestou a sua congratulação pelo facto de na reunião da CIM, que ocorreu no dia 7, terem tomado medidas nesse sentido, nomeadamente, com a entrega de cabazes alimentares às crianças com o Escalão A.

Neste contexto, entende que “ a Câmara deveria ir mais longe e até a CIM, também, em primeira instância e não se ficarem só pelas solicitações das famílias, porque, tal como eu disse, as famílias por vezes estão em silêncio e há alguns problemas, por parte delas, em assumir essas necessidades. Daí que, o ideal será que os serviços municipais detetem essas lagunas e tentem ultrapassá-las. Por outro lado e, também, como foi referido nessa reunião, realço aqui a medida da não cobrança de renda nos espaços municipais que, também, me parece essencial e indispensável, na altura em que nós vivemos. Penso que o Senhor Presidente já teria pensado nisso, também”.

Ainda no uso da palavra, fez menção a outra questão, que tem sido abordada e que respeita, como referiu “à famosa “Lei da rolha”, que terá sido imposta a alguns Presidentes de Câmara, relativamente à divulgação de resultados do número de contaminações pelo COVID”.

E a este respeito, como disse “ queria aqui realçar a postura do Município, até porque, me parece, que o Senhor Presidente não terá alguma pressão ou não lhe dá



CÂMARA MUNICIPAL

muita importância, na medida em que, já constatei, por várias vezes, que os números apresentados no site do Município são mais elevados do que os que se apresentam na comunicação social. Reparei, inclusive, que no dia 13, no Correio da Manhã dizia que em Tábua havia apenas 4 casos, quando nós já estávamos a apresentar 15, no site do Município. Registo, aqui, essa constatação e, também, já agora gostava que o Senhor Presidente se pronunciasse relativamente a isso. Se houve algum dia alguma pressão de alguém, nesse sentido”.

De igual modo e em jeito de conclusão, disse que “registo também, aqui, o trabalho descrito pelo Dr. Ricardo, que diz respeito à parceria feita com as escolas, em prol da equidade na educação, que é uma questão que tanto preocupa o Ministério e todos os agentes educativos, pela forma como vamos conseguir chegar com as aulas a toda a gente, com ensino à distância. E, a este respeito foi referido que, o ensino em casa através da TV, é marginal, sendo que o mais importante é o trabalho que está a ser feito pelos professores e, nesse sentido, acredito que todos estejam a trabalhar muito bem.”

Como registo final, referiu realçar, uma vez mais, “tudo o que foi dito aqui. Todo o trabalho que tem sido feito e, muito bem, registando, também, o facto de nunca terem necessitado da colaboração dos Vereadores do PSD. Se calhar, na certeza, de que sabem que nós temos as nossas vidas e que temos tanto para fazer e, se calhar, por isso nos têm dispensado”.

Terminada a intervenção do Senhor Vereador, Dr. António Martins e face às questões colocadas, o Senhor Presidente da Câmara aproveitou para as esclarecer, de seguida.

Relativamente às solicitações das famílias, esclareceu que o controle das mesmas está a ser efetuado pelo Gabinete de Ação Social do Município, em articulação com a escola e, também, com as Juntas de Freguesia, que vão dando indicações de alguma eventual situação que possa surgir. Contudo, solicitou ao Senhor Vice-Presidente, Dr. Ricardo Cruz para acrescentar o que entender por conveniente.



CÂMARA MUNICIPAL

Quanto à questão da famosa “Lei da rolha” disse que “eu não a senti de modo algum. Tanto é que, por exemplo hoje, os dados da Direção Geral de Saúde são outros e aquilo que me foi já fornecido pelo ACES e ARS já há mais um elemento. Portanto, não tive qualquer recado. Não recebi qualquer comunicação. Ouvi e vi o lamento dos meus colegas mas, eu, pessoalmente, não tive essa pressão. Até porque também não sou de engolir sapos e, se isso acontecesse, batiam em má porta. Mas, felizmente, quer da parte da ARS, da Senhora Presidente que fala comigo muitas vezes, quer da parte do Dr. Queimadela Batista, todos os dias são dezenas de chamadas que eu faço para eles e eles para mim”.

Sobre o assunto, referiu, igualmente, que “Ainda hoje a primeira chamada do dia, eram nove da manhã, foi saber pelo Dr. Queimadela os resultados de hoje. E, quer a Proteção Civil, quer o próprio ACES, mandam-me os mapas diários. Portanto, por uma questão de proteção de dados e de respeito pelas pessoas, temos a identificação, comunicamos esse dados à GNR para fazer esse acompanhamento, relativamente ao confinamento. Mas mesmo aqueles que, ainda, não estão no site da DGS, nós já temos esses elementos”.

Portanto, como afirmou “julgo que isto anda sempre com uma divergência de 24 horas e há dias em que a maior dificuldade que eu tive foi de perceber, porque é que nos números dos Cuidados Continuados não apareciam todos no nosso concelho. Mas a explicação que me foi dada, logo de imediato, é que, havia funcionários que eram de outros concelhos, assim como já disse, no caso de hoje, temos um enfermeiro dos Hospitais da Universidade de Coimbra, que está em Tábua, a sua morada é Tábua e aparece nos dados de Tábua e não aparece em Coimbra. Portanto, foi a explicação que me deram e foi a única divergência, digamos assim, que eu encontrei, mas como me explicaram tem uma justificação. Uma pessoa da Unidade de Cuidados Continuados, que é de Oliveira do Hospital, duas ou três de Nelas, duas de Penacova, uma de Seia e se eles são reportados nas áreas de residência, obviamente, não faz sentido estar a reporta-los em duplicado. Eu, da minha parte, não senti isso Dr. António e, ainda bem que falou nisso, porque eu nem



CÂMARA MUNICIPAL

sequer ia abordar o assunto, porque para mim não era preocupação, nem era tema, porque não chegou cá nada e se chegasse, como já disse, bateriam em má porta”.

Quanto à questão dos Senhores Vereadores , “dizer que muitas vezes tomo decisões que comunico ao Dr. Ricardo e ao Dr. António, umas vezes, porque recebo informação da CIM. Estamos, não digo 24 horas, mas 18/19 horas por dia, com os Presidentes da CIM, num grupo do WhatsApp a receber e a mandar mensagens uns para os outros e a esclarecer matérias. Houve mais responsabilização dos Presidentes de Câmara, tem saído diariamente legislação sobre esta matéria. Acabaram-se os limites de endividamento, também acho que se abriram portas a mais; acabou-se para este ano de 2020 o controlo orçamental, deixando de haver a preocupação desse controle do equilíbrio orçamental, digamos assim, podem mesmo os municípios contratar empréstimos de curto e até de médio longo prazo, para fazer face a esta pandemia, sem ir à Assembleia Municipal, que será ratificado mais tarde na próxima Assembleia. Portanto, há uma série de medidas, que eu acho que até, se calhar, são demais mas, aquilo que tem sido dado são competências aos Presidentes para decidir e assumir a responsabilidade na execução de todas as despesas desta matéria, com uma preocupação quando temos de resolver: “não é para amanhã é para ontem”. Peço desculpa, mas temos estado a tomar a responsabilidade deste barco, digamos assim, juntamente com o Dr. Ricardo e com o Dr. António. A Engenheira Sílvia, se calhar, queixa-se do mesmo que os Senhores se estão a queixar mas, efetivamente, até ao Dr. Ricardo digo, às vezes, «olhe eu tomei esta decisão», comuniquei ao Dr. António e já está em execução. A mesma coisa com o Dr. António, relativamente a coisas que organizo com o Dr. Ricardo. Portanto, é para dizer que não há da minha parte qualquer intenção de deixar de contar convosco, nem pouco mais ou menos mas, é simplesmente, pela pressa, pela urgência. No sábado eram 12h30, quando me são pedidos cem testes e eu sem falar com ninguém, só disse ao Dr. António tem que arranjar alguém para às 2h30/3h00 da tarde, irem buscar testes a Penela a um laboratório e para ir buscar material a Montemor. Portanto, é assim que as coisas têm funcionado e aquilo que eu estou a



CÂMARA MUNICIPAL

fazer, estão a fazer os meus colegas. É um stressse terrível, mas nós não podemos correr o risco de ter a responsabilidade de qualquer inação da nossa parte. Tem sido assim. Não levem a mal. Não interpretem isso como qualquer intenção da minha parte de ultrapassar as minhas competências mas, até, atendendo a essas responsabilidades que nos são colocadas, diariamente, pelo Governo e que, eu não tenho qualquer dúvida, que tudo isto que se está aqui a passar vai ser objeto de muita investigação a seguir, tal como aconteceu em relação aos incêndios. Mas eu, como estou tranquilo em relação ao que se passou nos incêndios, estarei sempre em relação a esta matéria. (...) Portanto, é assim que as coisas têm que funcionar, porque de outra forma não conseguimos avançar”.

Ainda no uso da palavra, esclareceu que “também temos tido uma dificuldade terrível para arranjar equipamentos. Portanto quando se diz que devíamos ter avançado com equipamentos mais cedo, é não ter noção daquilo que se diz. Nós para adquirirmos material temos que ter uma série de informações. Pedimos informações à CIM, a CIM pede informações à Universidade para ver que tipo de material é que estamos a adquirir. Temos que ter o cuidado, como ainda agora passou no Jornal da uma, a notícia de que havia já muitas burlas neste casos e que andavam a distribuir um produto para tratamento da doença, que é um produto altamente grave para a saúde humana e que isso pode causar ainda a perda de mais vidas humanas. Eu não arrisco a estar a comprar material, pode-me aparecer um laboratório, pode-me aparecer um fornecedor a indicar material, sem ter a garantia que aquele material cumpre os requisitos e as normas de segurança eu não arrisco nisso. Mas tem sido um stress permanente, a noite muitas vezes mistura-se com o dia, porque o tempo não dá. O meu telefone já trabalhou mais neste tempo, do que se calhar no último ano. Portanto, para dizer que é esta a realidade e eu tenho passado muitas noites sem dormir”.

Interveio o Senhor Vice-Presidente, Dr. Ricardo Cruz, para corroborar as palavras proferidas pelo Senhor Presidente e acrescentar que “esta questão dos números dos dados cria muitas vezes confusão, porque efetivamente há aqui um

Q.



CÂMARA MUNICIPAL

“delay” da transmissão daquilo que são os dados a nível nacional que se reportam sempre às 00h do dia anterior. O Senhor Presidente explicou muito bem e agradeço ao Senhor Vereador, Dr. António Martins por ter referido isso, porque muitas vezes há aqui a consciencialização de olhar só para o número e não perceber da imputação dos locais de residência e domicílio fiscal, que aí é que são importados, como acontece, neste caso, e acontece nos outros, para não haver duplicação de dados”.

De igual modo, agradeceu também ao Senhor Vereador, Dr. António Martins, por ter focado a questão das famílias abrangidas pelo escalão A, corroborando os esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente e acrescentando, apenas que *“Não publicamos esses dados por uma questão de sigilo. A entrega de cabazes alimentares e tudo o mais nessa área, temo-nos resguardado, pedindo novamente que a pessoa com que têm mais confiança, neste caso e nas escolas, é o professor ou mesmo a educadora, que façam e que não tenham, medo ou vergonha, será a palavra mais correta, de pedir, porque as necessidades com certeza que serão muitas e algumas até estarão escondidas.”*

Contudo, como deu nota *“Temos tido bons resultados. Ainda hoje de manhã estive a falar com a Adjunta da Direção, que há mais uma família que necessita. Estou a articular também com Vereador Dr. António Oliveira para que o Gabinete de Ação Social ou pelos nossos Serviços de Educação, possam fazer chegar os alimentos a essa família. Porque efetivamente é uma necessidade”.*

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, CARLOS SANTOS:

Interveio o Senhor Vereador, Carlos Santos apresentando cumprimentos aos elementos do Executivo que participam na presente reunião e um abraço extensivo a todos os funcionários da Câmara e a todos os Tabuenses, esperando que *“a Páscoa tenha sido um momento de reflexão do que valem as nossas vidas”*, como referiu.



CÂMARA MUNICIPAL

9

Seguidamente e sobre o assunto que questionou na última reunião, relacionado com pagamentos a duas empresas, agradeceu ao Senhor Presidente ter colmatado a situação, uma vez ter tido conhecimento que, no passado dia 1 de abril, as referidas empresas receberam uma transferência do Município.

Sobre a pandemia causada pelo Coronavírus, exteriorizou que “ *A grande verdade é que nós, por vezes, estamos todos juntos neste ataque à pandemia e é mais o que nos une do que o que nos separa e, por vezes, as ideias de muitos poucos podem ajudar em muita coisa. Sei que é muito difícil encontrar material. Tem que se ter cuidado, como referia em relação à medicação que anda aí a ser embolada,(...) e, por isso, também é perigoso quando as pessoas de uma forma voluntária querem fazer máscaras, querem fazer tudo e sabemos que os tecidos não estão aprovados e a sua ajuda pode estar a complicar, em vez de ajudar*”

Em torno da mesma temática, transmitiu ter ficado com uma dúvida quando ontem ouviu a entrevista que o Capitão Marques deu à Rádio Boa Nova e, embora saiba que “*há os tais problemas da informação se são ou não do concelho da residência fiscal mas, no fundo eles, estão no nosso concelho e é um hospital. O Senhor Presidente disse 7 mas, salvo erro, não os 31, porque percebi que houve um erro de soma. Mas percebi que eram mais casos. Podem não ser do concelho, mas estão numa Unidade do Concelho e gostaria que o Senhor Presidente esclarecesse isto, porque estão no nosso território e pode gerar uma grande confusão nas pessoas*”.

De igual modo, referiu que “*Em relação ao material e aquilo que podíamos ter feito mais cedo, a partir do dia 11 quando a pandemia se torna generalizada, porque sabemos o que se está a passar em Itália, era uma questão de esperar que, dia menos dia, ela iria chegar cá. E, devo dizer-lhe que, nessas alturas, nós tínhamos ainda muito material em stock, a nível nacional. Eu próprio comprei e apetrechei os meus negócios com material e, hoje, os preços são totalmente diferentes. E, teria sido uma função que teria ajudado mais e agilizado mais as nossas IPSS's, e o Senhor sabe isso tanto quanto eu. Eu, porque no PSD faço parte da estrutura do 3.º*

P. S.



CÂMARA MUNICIPAL

setor que, (desde o governo do PSD e, não mudou nada com o governo do PS), tem sido sufragado dos apoios. E a certeza, porém, é que as instituições mal conseguem pagar salários, quanto mais terem dinheiro para investir em material. Depois as linhas de crédito que, por enquanto e, que me apercebesse, ainda não está nada disponível para o 3.º setor e criou aqui graves problemas. Porque acredito que as IPSS's sendo acompanhadas como são, todas elas tinham a noção do que precisavam. O que lhes faltava, provavelmente, era a disponibilidade financeira para se endividarem e empurrar com a "barriga para a frente", mas, aqui, acho que nós devíamos ter agido mais cedo em relação a estas entidades, dar-lhes mais formação e estarmos mais em cima da operação".

"Falou, também, aqui que a CIM já comprou mais de meio milhão de material, mas gostaria de saber quanto é que nós, Câmara Municipal, já investimos?"

Para responder às questões colocadas usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, referindo no que respeita à Santa Casa e concretamente aos funcionários, "dizer que são 9, embora alguns deles não sejam do concelho. Há duas enfermeiras uma de Seia, outra de Oliveira do Hospital, 2 senhoras de Nelas e de Penacova e, por isso, esses casos não são reportados no nosso concelho, mas nos deles. O Senhor Capitão, ontem, corrigiu os dados porque o que aconteceu foi que aquilo que são as dúvidas, do que têm dentro da Unidade é uma coisa, aquilo que está confirmado e que tem testes feitos é outra, assim como, provavelmente, amanhã aqueles que irão fazer testes, alguns irão dar positivo, assim como há dias que pretendiam levar 14 utentes, em 14 ambulâncias para Coimbra, isso iria dar um impacto enorme em termos de comunicação social e iria inundar o Hospital dos Covões, tirando assim a capacidade para outros. Teve de haver sensatez e determinar que doente nenhum ia para Coimbra. Amanhã fazem os testes e ficam dentro da Unidade que é a melhor solução, assim como a desinfeção das instalações. Tudo está a ser organizado nesse sentido, de acordo com a reunião havida ontem com o Capitão Marques".

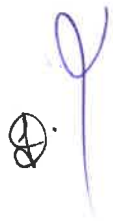


CÂMARA MUNICIPAL

Quanto á questão do material, explicou que *"aquilo que ficou acordado em reunião da CIM e que começou dia 5 de Março, a primeira sobre esta matéria, foram todos os Municípios que delegaram o material na CIM que fez, desde logo, uma aquisição grande de material, e estamos a falar de dezanove municípios, de quase 500 mil pessoas, centenas de instituições e, por essa razão, o material foi-se. Neste momento, não lhe posso dar indicação certa do que o Município já gastou, mas dizer que já gastamos muito dinheiro, darei a informação, na próxima reunião. E, dizer que ainda hoje assinei requisições para aquisição de material, estando todos os dias a adquirir material"*.

Deu nota que, teve neste momento, a informação de que o Grupo AQUINOS também já está a produzir material de equipamento de proteção individual, como o Senhor Vereador já tinha referido, mas a notícia já foi veiculada pela TVI, portanto *"Tábua também já está na linha da frente nesse aspeto"*.

Relativamente às IPSS's e às instituições, esclareceu que *"houve uma reunião dia 13 com todos, onde se encontrava o Dr. Queimadela Batista da ARS, o Dr. Daniel, representantes da Segurança Social, GNR, entidades da Proteção Civil, Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e onde foi feito esse alerta a todas as instituições, sem exceção, tendo-lhes sido dito que se deveriam prevenir e que se deviam acautelar, porque era uma situação que podia agravar-se de um dia para o outro. Com certeza e à boa maneira portuguesa "deixa-se para amanhã o que se devia ter feito não hoje, mas anteontem". E, provavelmente, como nós, não digo que não, pois nunca imaginaria que ia acontecer em Portugal aquilo que está a acontecer, porque a China é muito longe, mas o que é certo é que as coisas vieram cá parar. Lembrou que já houve coronavírus em 2002, em 2012 e nós nunca tivemos notícias de coronavírus em Portugal. Estive em várias reuniões, uma delas realizada antes da feira do queijo, e em que os meus colegas me pediam para adiar o certame por ser um alto risco e onde marcou presença também a ARS, a Proteção Civil, o INEM entre outras entidades e o certo é que, felizmente, fizemos a nossa feira e que foi a última. Tivemos agora uma online, mas feira com presença de pessoas foi a última. E, isto*



CÂMARA MUNICIPAL

porque nenhum de nós pensou no que ia acontecer. Agora, nós fizemos tudo o que era possível e, obviamente, nenhum de nós imaginava que isto ia tão longe. É certo que era fácil arranjar equipamento para as empresas, agora se chegasse lá uma Comunidade Intermunicipal, se chegasse lá um município a pedir 4 ou 5 mil peças eles ficavam, se calhar, a olhar um bocado para o lado. Se todos tivéssemos feito isso, então as empresas não tinham conseguido nada. A prioridade está sempre no volume. Por essa razão, acautelamo-nos através da CIM e pensávamos que estávamos todos tranquilos, no sentido de podermos ficar com alguma reserva mas, afinal, já se gastou muito mais, já se comprou muito mais e continua-se a comprar todos os dias e os municípios estão a investir todos os dias”.

No que respeita ao investimento dizer que “já compramos 250 testes e vamos comprar mais testes, assim como, vamos comprar os testes PCR, porque os testes serológicos com os PCR’s e com um equipamento que temos que adquirir uma vez que o Centro de Saúde não tem esse equipamento, para fazer a leitura dos mesmos ou fazer essa avaliação. Portanto, com esse equipamento, também ficamos em condições de poder fazer testes no nosso concelho, acompanhados, obviamente, pelos responsáveis da saúde que irão fazer essa avaliação, considerando que esses testes têm uma fiabilidade muito grande, ao passo que os testes rápidos e simples detetam se a pessoa foi ou não portadora do vírus mas, não dão a garantia de naquele momento estar infetado ainda. São mais um teste de rastreio ou despiste, como lhe queiram chamar e não de diagnóstico, em que este último tem de ser feito com zaragatoa. Mas, como disse o Vice-Presidente da ARS na reunião tida anteontem, e bem, «esqueçam porque não há testes, não há reagentes para fazer testes a toda a gente com zaragatoa. Por isso, temos de avançar com os testes rápidos, caso contrário, vamos bloquear, até porque não há condições para efetuar testes a toda a gente e então nunca mais saímos disto. Pelo menos, fazer-se a despistagem e quando os mesmos deixarem dúvidas então é que se vão tirar conclusões com os outros». Mas tem de ser assim e é um trabalho que tem sido muito organizado”.



CÂMARA MUNICIPAL

Seguidamente e para reforçar o que foi dito pelo Senhor Presidente, usou da palavra o Senhor Vice-Presidente, Dr. Ricardo Cruz dizendo que “ numa altura destas, ainda bem que estão a ter estes esclarecimentos todos de forma, se calhar, mais calma, para que as pessoas e os Tabuenses, também, possam ser informadas, dado que a poluição e o ruído à volta da temática é muito e, portanto, também, fazia aqui um apelo a todos nós, nomeadamente, aos Senhores Vereadores e em concreto, ao Senhor Vereador, Carlos Santos, de alguma ponderação relativamente a algumas questões, lembrando que “ainda há pouco na sua intervenção falou que, no dia 11 de março, foi quando se começou a falar um pouco mais da pandemia e dessa questão e que teríamos todos de estar, ainda, mais enérgicos e que nós reagimos tarde”. Nós não reagimos tarde. O Senhor Presidente já referiu e muito bem, e o Senhor Vereador da Proteção Civil tem dito isso. Nós no dia 13 de março e, aliás, julgo que não se pode esquecer porque, na última reunião de Câmara, até mostrou dois papéis com as pessoas lá e fez disso quase um cavalo de batalha. Não sei se era por estar a ser gravado ou ser pública mas, efetivamente, no dia 13 foram logo ditas as instruções todas de uma forma bastante pedagógica e de uma forma bastante preocupada e preventiva a todas as IPSS's. Mas, permita-me dar-lhe, também, a minha opinião, é que as IPSS's não podem ser todas colocadas no mesmo bolo. Há IPSS's que têm só Centros de Dia, há outras que têm Lares e há outras como a Santa Casa que têm hospitais, também. E, na minha opinião pessoal, não consigo compreender como é que um hospital em que um utente paga cerca de 1.300 euros por mês, não possa e tenha rotura de stocks de EPI's. Não consigo conceber. E, isso é uma discussão para mais tarde. Acho que a Câmara está a fazer um papel espetacular e ponderado, assim como o Senhor Presidente, o Senhor Vereador da Proteção Civil, no fornecimento do material. Há que contar com os prazos e com as encomendas que têm sido feitas. Mesmo assim, todas têm recebido e as pessoas, também, têm de perceber que cada instituição tem que estar preparada para algumas questões que são básicas. E, neste caso, no hospital é básico ter equipamentos de proteção individual. Contudo, realço, obviamente, a postura do



CÂMARA MUNICIPAL

Senhor Vereador, Carlos Santos porque, efetivamente, ao já estar a tomar alguns conselhos do Líder do seu antigo Partido, que era o PS ou, então, já ouviu, recebeu e leu a carta do seu atual Partido, que é o PSD e da qual eu gostaria de subscrever as palavras do Dr. Rui Rio de uma forma sensata, elevada e que está a contribuir para que todos juntos, independentemente, dos partidos possamos ajudar na resolução deste problema porque, efetivamente, há partidos diversos em todo o mundo, em toda a europa e todos eles lidam com o mesmo problema que é bastante sensível e que é a COVID-19".

Por isso, como referiu, gostaria de " agradecer aos Senhores Vereadores do PSD pela postura elevada que têm mantido, assim como, gostaria de lhes solicitar, encarecidamente, que houvesse alguma contensão nalguns comentários que, por vezes, saem nas redes sociais, porque acho que não é uma altura para incendiarmos as coisas. É uma altura de ajudar a resolve-las de forma positiva e ativa".

Retomou, novamente a palavra o Senhor Vereador, Carlos Santos para retorquir o Senhor Vice-Presidente, no que respeita à solicitação de "alguma contenção", respondendo, neste sentido "Eu tenho uma forma de estar porque me doem, muitas coisas. E, por exemplo, devo dizer-lhe que fiquei chocado que se pague uma publicação de facebook e, eu não queria abordar isto hoje, porque estávamos a trabalhar num assunto mais sério e não a fazer tanta política. Mas, já que fala nisso, fiquei chocado que se pague publicidade ao facebook e se ande a entregar o material como se se entregasse prendas de Natal, Senhor Presidente. Acho que, aqui, a propaganda também devia baixar mais de nível e sermos mais responsáveis. É o que eu acho. Em relação ao que eu disse foi que "a pandemia foi declarada no dia 11 de março. Foi o que eu disse".

Face a esta resposta, o Senhor Presidente da Câmara usou, novamente, da palavra para dizer "Senhor Vereador, se calhar o Município viu-se obrigado a colocar nas redes sociais o trabalho que faz porque o Senhor nega o trabalho que é feito pelo Município e mais, critica, ataque e ofende as pessoas e isso é que é muito mau".



CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signature]

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, JOAQUIM GARCIA:

Usou da apalavra o Senhor Vereador, Joaquim Garcia, que após apresentação dos habituais cumprimentos a todos os participantes na reunião, começou por fazer a leitura da sua intervenção, cujo teor se transcreve na íntegra:

» Por motivos profissionais, na passada semana, desloquei-me aos Correios de Tábua, numa manhã bastante invernosa. Ao longo da espera, aproximadamente, de 50 minutos, em fila permanente, constatei a existência de imensos idosos que se deslocaram uns em carro de aluguer e outros em carros de familiares, para que lhes fossem pagas as suas pensões. Por conhecimento pessoal, os Correios de Midões encontram-se encerrados. Pergunto qual o motivo? Se não vejamos: se em Tábua as pessoas para que sejam atendidas permanecem em fila, em Midões o procedimento seria rigorosamente igual e assim todos os que necessitam do Serviço dos Correios não seriam obrigados a deslocarem-se a Tábua, ficando expostos aos perigos inerentes ao período que todos atravessamos.

Por fim, gostaria de manifestar a todos os que se encontram infetados com o Covid-19, no nosso concelho, rápidas melhoras e Fé em Deus, que tudo vai correr bem!...«

Respondendo ao questionado, o Senhor Presidente da Câmara clarificou “ *que isso é uma situação que nos ultrapassa, por se tratar de uma ligação estreita e restrita entre a Junta de Freguesia de Midões e os CTT*”.

Findas as intervenções e após prestados os esclarecimentos solicitados às questões expostas, o Senhor Presidente da Câmara passou ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

1. APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 05/20, DE 10 DE MARÇO DE 2020.



CÂMARA MUNICIPAL

Deliberação n.º 79 - Presente a ata da reunião em referência, que depois de analisada, foi aprovada por unanimidade, com seis votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, não participando na votação, o Senhor Vereador, Carlos Alberto dos Santos, pelo facto de não ter estado presente na reunião em questão.

2. PLANO DE OPERAÇÕES MUNICIPAL PARA O COVID-19 (1.ª ATUALIZAÇÃO) – CONHECIMENTO.

Considerando a taxa de mortalidades registadas até à presente data, causadas pela COVID-19, motivo de grande preocupação, quer para as entidades públicas como para as privadas, o Senhor Presidente da Câmara apresentou aos elementos do Executivo, a primeira atualização ao Plano de Operações Municipal para o Coronavírus (COVID-19) do Município de Tábua, que se dá por reproduzido e que contempla um conjunto de mecanismos e de procedimentos a adotar e a aplicar pelas Estruturas, Forças e Unidades envolvidas no combate a esta pandemia, como forma de minimizar os seus efeitos, no que respeita à prestação de socorro à população e que serão objeto de atualização constante, sempre que a situação epidemiológica o justificar.

A Câmara tomou conhecimento.

3. MEDIDAS DE APOIO ÀS FAMÍLIAS E À ATIVIDADE ECONÓMICA LOCAL, COM O OBJETIVO DE ATENUAR O IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO CONCELHO DE TÁBUA/PROPOSTA.

Deliberação n.º 80 - Presente a Proposta n.º 6/2020, do Senhor Presidente da Câmara, datada de 06 de abril em curso, inerente à adoção de Medidas de Apoio às famílias e à Atividade Económica Local, com o objetivo de atenuar o impacto da pandemia COVID-19, no concelho de Tábua, do seguinte teor:

« Considerando que:

- O Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março regulamentou a aplicação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República definindo no seu artigo 5.º um



CÂMARA MUNICIPAL

dever geral de recolhimento domiciliário. Como também, no seu artigo 7.º e seguintes, estabeleceu-se o encerramento de instalações e estabelecimentos, suspensão de atividades no âmbito do comércio a retalho e suspensão de atividades no âmbito da prestação de serviços.

- O Decreto n.º 2-B/2020, de 02 de abril regulamentou a prorrogação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República, mantendo-se as suspensões contempladas no anterior diploma.
- A nível local foram tomadas medidas extraordinárias complementares para minimizar os efeitos da propagação da doença junto dos trabalhadores, utentes dos serviços municipais e população em geral, consagradas no Despacho n.º 4/2020, de 11 de março, que determinou o encerramento de serviços e de equipamentos Municipais
- As medidas restritivas adotadas visando evitar a propagação do COVID – 19, conduziu a quebras consideráveis nas atividades económicas não só a nível Nacional, como Local, com impacto direto no rendimento disponível das famílias.

Urge assim, a adoção por parte do Município de Tábua de medidas que visem atenuar os impactos da pandemia na economia local, com a adoção de medidas de apoio às famílias e à atividade económica local.

Deste modo, PROponho À CÂMARA MUNICIPAL, nos termos das alíneas v) e ff), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais:

- I) Suspensão do pagamento das taxas e rendas afetas ao Mercado Municipal e Feira Municipal de Tábua, até à reavaliação da evolução epidemiológica conforme constante da Informação n.º 20/2020/BU, de 31 de março, sendo que finalizado o período de suspensão, o pagamento das taxas, e rendas suspensas não será solicitado. Os valores pagos pelos agentes económicos dos meses de março e seguintes ficarem refletidos para o período em que as referidas instalações voltarem a funcionar;

[Handwritten signature]



CÂMARA MUNICIPAL

- II) Suspensão do pagamento da renda associada ao contrato de concessão da cafetaria sita no Jardim Sarah Beirão, em Tábua, sendo que finalizado o período de suspensão, o pagamento da renda suspensa não será solicitado.
- III) Prorrogação do prazo de pagamento dos serviços de apoio à família, nomeadamente, refeições e atividades de animação e de apoio à família, sem qualquer penalização até final de junho, nos termos do disposto na Proposta n.º 1/EDU/2020;
- IV) Determinar que a escola de referência para o serviço de refeições e acolhimento de filhos do pessoal hospitalar e de emergência é a Escola Básica N.º 2 de Tábua do AET - Agrupamento de Escolas de Tábua;
- V) Suspensão da cobrança das taxas pelos utilizadores do Ginásio e das Piscinas Municipais até à reavaliação da evolução epidemiológica., bem como, o valor pago dos meses de março e seguintes serão refletidos para o período em que as referidas instalações voltem a funcionar e oferta de um mês de utilização gratuita (aquando da reabertura das instalações, só aplicável às Piscinas Municipais), nos termos constantes da Informação n.º 04/2020.
- VI) Suspensão da cobrança das propinas da Academia Sénior até à reavaliação da evolução epidemiológica, bem como, o valor pago dos meses de março e seguintes serão refletidos para o período em que a referida academia volte a funcionar.

Mais se propõe no âmbito das águas e no seguimento de *email* remetido pelo administrador das Águas do Planalto que seja avaliado em colaboração com esta entidade todos os clientes que tenham nesta fase de situação de emergência entrado em incumprimento de pagamento, nomeadamente por motivos de perda de emprego, situação de *lay off* e carência social, a aferir mediante informação fundamentada pelos serviços de ação social do Município. Implementando a adoção de períodos de carência ou planos de pagamentos alargados (até setembro), ou mesmo a flexibilização dos critérios de acesso aos tarifários sociais de forma a assegurar a efetiva acessibilidade económica dos utilizadores economicamente carenciados especificamente nesta fase.



CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signature]

Mais se propõe que idênticas medidas sejam adotadas para as águas residuais e para os resíduos sólidos urbanos em articulação com a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão.

As presentes medidas permanecerão em vigor até serem expressamente revogadas, o que acontecerá assim que a alteração da situação de saúde pública o justifique».

Analizada a Proposta em questão e prestadas as devidas explicações, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar as medidas propostas, inerentes a todos os assuntos plasmados na mesma.

A presente deliberação foi aprovada, quanto a esta parte, pela minuta de ata n.º 07/2020, para produção de efeitos imediatos.

4. REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO N.º139 – PONTO 5 DA REUNIÃO PÚBLICA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019/PROTOCOLO REDE DE TRANSPORTES - (TRANSPORTES PÚBLICOS/TRANSPORTES ESCOLARES).

Deliberação n. 82 - Por proposta do Senhor Presidente da Câmara este ponto foi retirado da Ordem de Trabalhos, tendo merecido aprovação unânime dos elementos do Executivo.

DOSUA – DIVISÃO DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS, AMBIENTE

5. CONCURSOS E CONSULTAS

Presente o relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de Consulta prévia n.º 44-B/2019 relativo à “Aquisição de duas estações elevatórias compactas de águas residuais domésticas, divididas pelos seguintes Lotes: Lote 1: Fonte Arcada e Lote 2: Loteamento da Barrosa”, que se dá por reproduzido, adjudicado à empresa Mário Gonçalves, Lda., pelos valores de 23.941,50€ (vinte e três mil, novecentos e quarenta e um euros e cinquenta cêntimos) e 14.283,50€ (catorze mil, duzentos e oitenta e três euros e cinquenta cêntimos), aos quais acresce o I.V.A. à taxa legal em vigor, respetivamente.



CÂMARA MUNICIPAL

A Câmara toma conhecimento.

Presente a Consulta Prévia n.º 12-S/2020, relativo a "Aquisição de serviços de reparação de bombas submersíveis de diversas estações elevatórias de águas residuais", que se dá por reproduzido, adjudicado à empresa CTGA – Centro Tecnológico de Gestão Ambiental, Lda., pelo valor de 4.619,44€ (quatro mil, seiscentos e dezanove euros e quarenta e quatro centimos), por despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 25 de março de 2020.

A Câmara toma conhecimento.

Presente o Ajuste Direto n.º 15-S/2020, relativo a "Aquisição de serviços de transporte coletivo de crianças", que se dá por reproduzido, adjudicado à entidade Carlos Manuel Abrantes Monteiro, pelo valor de 7.200,00€ (sete mil, duzentos euros), por despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 25 de março de 2020.

A Câmara toma conhecimento.

6. AUTOS DE MEDIÇÃO.

Deliberação n.º 83 - Presente o auto de medição n.º 6 de trabalhos contratuais da empresa Joaquim Fernandes Marques & Filho, S.A., da empreitada de "Requalificação da Praça Alexandre Herculano e Zona Envolvente" – C.P. n.º 04-E/2018, no valor de 29.719,34€ (vinte e nove mil, setecentos e dezanove euros e trinta e quatro centimos), ao qual acresce o I.V.A. à taxa legal em vigor, certificado pela fiscalização da obra.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por maioria, com quatro votos a favor, zero votos contra e três abstenções, aprovar o referido auto e proceder ao respetivo pagamento.

Deliberação n.º 84 - Presente o auto de medição n.º 2 de trabalhos complementares da empresa Joaquim Fernandes Marques & Filho, S.A., da empreitada de "Requalificação da Praça Alexandre Herculano e Zona Envolvente" – C.P. n.º 04-E/2018, no valor de 7.483,92€ (sete mil, quatrocentos e oitenta e três euros e noventa



CÂMARA MUNICIPAL

e dois cêntimos), ao qual acresce o I.V.A. à taxa legal em vigor, certificado pela fiscalização da obra.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por maioria, com quatro votos a favor, zero votos contra e três abstenções, aprovar o referido auto e proceder ao respetivo pagamento.

Deliberação n.º 85 - Presente o auto de medição n.º 11 de trabalhos contratuais da empresa Cipriano Pereira de Carvalho & Filhos, Lda., da empreitada de “Construção do Sistema de Drenagem de Águas Residuais de Vale de Taipa, Babau e Sevilha” – C.P. n.º 01-E/2017, no valor de 23.335,02€ (vinte e três mil, trezentos e trinta e cinco euros e dois cêntimos), ao qual acresce o I.V.A. à taxa legal em vigor, certificado pela fiscalização da obra.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar o referido auto e proceder ao respetivo pagamento.

Deliberação n.º 86 - Presente o auto de medição n.º 7 de trabalhos contratuais da empresa Irmãos Almeida Cabral, Lda., da empreitada de “Construção do Sistema de Drenagem de Águas Residuais de Meda de Mouros e Bogalhas e beneficiação e ampliação da ETAR de Pinheiro de Coja” – C.P. n.º 06-E/2017, no valor de 30.266,42€ (trinta mil, duzentos e sessenta e seis euros e quarenta e dois cêntimos), ao qual acresce o I.V.A. à taxa legal em vigor, certificado pela fiscalização da obra.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar o referido auto e proceder ao respetivo pagamento.

Deliberação n.º 87 - Presente o auto de medição n.º 11 de trabalhos contratuais da empresa Irmãos Almeida Cabral, Lda., da empreitada de “Construção do Sistema de Drenagem de Águas Residuais de Espariz e Carragosela, incluindo a Construção de

1.



CÂMARA MUNICIPAL

ETAR" – C.P. n.º 04-E/2017, no valor de 42.722,45€ (quarenta e dois mil, setecentos e vinte e dois euros e quarenta e cinco cêntimos), ao qual acresce o I.V.A. à taxa legal em vigor, certificado pela fiscalização da obra.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por maioria, com quatro votos a favor, zero votos contra e três abstenções, aprovar o referido auto e proceder ao respetivo pagamento.

Deliberação n.º 88 - Presente o auto de medição n.º 17 de trabalhos contratuais da empresa REDÁGUAS – Sociedade de Construções, Lda., da empreitada de "Construção do sistema de drenagem de águas residuais de Espadanal, Lageosa e Vila Seca" – C.P. n.º 03-E/2017, no valor de 11.665,17€ (onze mil, seiscentos e sessenta e cinco euros e dezassete cêntimos), ao qual acresce o I.V.A. à taxa legal em vigor, certificado pela fiscalização da obra.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por maioria, com quatro votos a favor, zero votos contra e três abstenções, aprovar o referido auto e proceder ao respetivo pagamento.

Relativamente à presente votação, assim como à anterior, os Senhores Vereadores, do PPD/PSD, apresentaram a seguinte declaração de voto: *"abstêm-se porque, aquando da adjudicação das obras, não se encontravam em funções, não lhes tendo sido fornecidas quaisquer informações acerca das mesmas"*.

Deliberação n.º 89 - Presente o auto de medição n.º 7 de trabalhos contratuais da empresa REDÁGUAS – Sociedade de Construções, Lda., da empreitada de "Beneficiação de Rede de Distribuição de Água dos Lugares de Vila Seca e Espadanal" – C.P.R. n.º 15-E/2018, no valor de 3.255,00€ (três mil, duzentos e cinquenta e cinco euros), ao qual acresce o I.V.A. à taxa legal em vigor, certificado pela fiscalização da obra.



CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signature]

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar o referido auto e proceder ao respetivo pagamento.

Deliberação n.º 90 - Presente o auto de medição n.º 6 de trabalhos contratuais da empresa Amadeu Gonçalves Cura & Filhos, Lda., da empreitada de "Praia Fluvial da Ronqueira" – C.P. n.º 07-E/2018, no valor de 19.689,42€ (dezanove mil, seiscentos e oitenta e nove euros e quarenta e dois cêntimos), certificado pela fiscalização da obra.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar o referido auto e proceder ao respetivo pagamento.

As presentes deliberações foram aprovadas, quanto a esta parte, pela minuta de ata n.º 07/2020, para produção de efeitos imediatos.

7. TRABALHOS A MENOS.

Deliberação n.º 91 - Presente o auto de medição de trabalhos a menos n.º 1 da empresa REDÁGUAS – Sociedade de Construções, Lda., da empreitada de "Construção do sistema de drenagem de águas residuais de Espadanal, Lageosa e Vila Seca" – C.P. n.º 03-E/2017, no valor de 60.962,39€ (sessenta mil, novecentos e sessenta e dois euros e trinta e nove cêntimos), ao qual acresce o I.V.A. à taxa legal em vigor, certificado pela fiscalização da obra.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por maioria, com quatro votos a favor, zero votos contra e três abstenções, aprovar o referido auto.

Relativamente à presente votação, os Senhores Vereadores, do PPD/PSD, apresentaram a seguinte declaração de voto: *"abstêm-se porque, aquando da adjudicação das obras, não se encontravam em funções, não lhes tendo sido fornecidas quaisquer informações acerca das mesmas"*.



CÂMARA MUNICIPAL

Deliberação n.º 92 - Presente o auto de medição de trabalhos a menos n.º 1 da empresa REDÁGUAS – Sociedade de Construções, Lda., da empreitada de “Beneficiação de rede de distribuição de água dos lugares de Vila Seca e Espadanal” – C.P.R. n.º 15-E/2018, no valor de 6.483,00 € (seis mil, quatrocentos e oitenta e três euros), ao qual acresce o I.V.A. à taxa legal em vigor, certificado pela fiscalização da obra.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar o referido auto.

As presentes deliberações foram aprovadas, quanto a esta parte, pela minuta de ata n.º 07/2020, para produção de efeitos imediatos.

8. SUSPENSÃO DE TRABALHOS.

Deliberação n.º 93 - Presente o processo de Concurso Público n.º 01-E/2017, adjudicado à empresa Cipriano Pereira de Carvalho & Filhos, Lda, relativo à empreitada de “Construção do Sistema de Drenagem de Águas Residuais de Vale de Taipa, Babau e Sevilha” – Suspensão dos trabalhos da empreitada e prorrogação do prazo de execução, que se dá por reproduzido.

Posto o assunto à consideração da Câmara, e atendendo ao teor da informação técnica n.º 007/2020, do Senhor Eng.º José Lima, Chefe do DOSUA – Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Ambiente, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, o seguinte:

1. A autorização para a suspensão dos trabalhos da empreitada entre os dias 19/03/2020 e 02/04/2020, com fundamento nas medidas preventivas estabelecidas relativamente ao surto epidemiológico COVID-19 e na Declaração do Estado de Emergência, em 18/03/2020, e a correspondente prorrogação do prazo para a sua execução, pelo mesmo período;
2. A redução a escrito do respetivo auto de suspensão, conforme o artigo 369.º do CCP.



CÂMARA MUNICIPAL

A presente deliberação foi aprovada, quanto a esta parte, pela minuta de ata n.º 07/2020, para produção de efeitos imediatos.

DEDS - DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

DESPORTO

9. BTT TÁBUA 2020 – ALTERAÇÃO DA DATA E APOIO COM CEDÊNCIA DO PAVILHÃO MULTIUSOS DE TÁBUA/ISENÇÃO DE TAXAS.

Deliberação n.º 94 - Presente o e-mail da BTTÁBUA - Associação de Desportos de Natureza, de 29 de março do ano em curso, que se dá por reproduzido, respeitante à cedência do Pavilhão Multiusos de Tábua e respetivo apoio logístico, no âmbito do evento “BTT Tábua 2020”, cuja data teve de ser alterada de 31 de maio para 11 de outubro, devido à propagação do COVID-19.

Colocado o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, isentar a referida Associação do pagamento de taxas, pela utilização da infraestrutura municipal em questão, nos termos da alínea a), n.º 2 do artigo 37.º do Regulamento n.º 392/2014, de 3 de setembro, que estabelece as normas de funcionamento, utilização e de conservação do Pavilhão Multiusos de Tábua.

A presente deliberação foi aprovada, quanto a esta parte, pela minuta de ata n.º 07/2020, para produção de efeitos imediatos.

10. UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS/MELHORIA DA CONDIÇÃO FÍSICA DOS TÉCNICOS DE DESPORTO DO MUNICÍPIO.

Deliberação n.º 95 - Presente o e-mail o Diretor Técnico, Rui Vaz, de 7 de fevereiro do ano em curso, que se dá por reproduzido, solicitando ao abrigo dos artigos 6.º e 7.º da Lei n.º 39/2012, de 28 de agosto, autorização para que os Técnicos de Desporto possam usufruir das instalações desportivas, nomeadamente, do Ginásio Municipal, fora do horário laboral, de forma a poderem melhorar a sua condição física, bem como aferirem o estado dos equipamentos.



CÂMARA MUNICIPAL

Sendo o pedido em questão, uma das funções desempenhadas pelo técnico de exercício físico, nos termos do preceituado no referido diploma legal, que visa a melhoria de qualidade dos serviços prestados no Ginásio Municipal, num ambiente de segurança, defesa da saúde dos seus praticantes e de respeito pelos valores de ética no desporto, a Câmara deliberou por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, autorizar o solicitado, com isenção do pagamento de taxas.

A presente deliberação foi aprovada, quanto a esta parte, pela minuta de ata n.º 07/2020, para produção de efeitos imediatos.

Antes de dar por terminada a reunião, o Senhor Presidente da Câmara deu nota que a próxima reunião do Executivo agendada para o dia 23 de abril, provavelmente, irá sofrer alteração, pelo que os Senhores Vereadores, a seu tempo, serão contactados para analisar a data mais conveniente para a realização da mesma.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, declarou encerrada a reunião às dezasseis horas e quarenta e cinco minutos.

E, eu, Maria José Mendes Dias das Neves, Coordenadora Técnica, servindo de Secretária, a redigi e também assino.

O Presidente da Câmara,

A Secretária,